



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO  
Reitoria  
Coordenação Geral de Compras

TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2022  
(Processo Administrativo nº 23188.003706.2022-00)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios estocáveis conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Açúcar tipo refinado, branco, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, parasitos e de detritos animais e vegetais. Aparência, odor, cor próprios do tipo de açúcar. Origem vegetal: sacarose de cana-de-açúcar. <b>Validade mínima: 12 meses.</b> Fornecimento: caixa com 400 sachês de 5 gramas.	353155	Caixa com 400 sachês	2.677	34,14	91.392,78
2	Amendoim torrado, salgado e sem pele, de 1ª qualidade, embalagem individual com aproximadamente 20 gramas. O produto devesa obedecer a Legislação Específica e a Regulamentação Técnica vigente da ANVISA. Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. <b>PRODUTO COM NO MÍNIMO 06 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.</b>	464538	Pacote de 20 gramas	158.010	0,48	75.844,80
3	Biscoito amanteigado, de 1ª qualidade, sabores sortidos de: Chocolate, Leite e Maizena. embalagem individual com aproximadamente 9 gramas. O produto devesa obedecer a Legislação Específica e a Regulamentação Técnica vigente da ANVISA. Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. <b>PRODUTO COM NO MÍNIMO 06 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.</b>	316056	Pacote de 9 gramas	1.090.430	0,65	708.779,50
	Biscoito de polvilho salgado tipo peta, de 1ª qualidade, em embalagem de					

4	aproximadamente 100 gramas, sem glúten e sem lactose. <b>PRODUTO COM NO MÍNIMO 06 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.</b>	240574	Pacote de 100 gramas	1.074	5,38	5.778,12
5	Biscoito integral cacau, aveia e mel, de 1ª qualidade, embalagem individual com aproximadamente 12 gramas. O produto devera obedecer a Legislação Especifica e a Regulamentação Técnica vigente da ANVISA. Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. <b>PRODUTO COM NO MÍNIMO 06 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.</b>	461736	Pacote de 12 gramas	121.540	0,59	71.708,60
6	Biscoito salgado, apresentação retangular, de 1ª qualidade, tendo como referencia club social, pit stop ou similar. Cor, odor e sabor característicos do produto. Embalagem de aproximadamente 144 gramas. <b>PRODUTO COM NO MÍNIMO 06 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.</b>	390172	Embalagem de 144 gramas	35.381	4,03	142.585,43
7	Biscoito tipo cream Cracker 2 unidades por pacote. Peso: aproximadamente 11 g cada pacote. Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Características desejáveis: crocante, sabor e odor característicos. <b>PRODUTO COM NO MÍNIMO 06 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.</b>	232930	Pacote de aproximadamente 11 gramas	431.592	0,51	220.111,92
8	Café Torrado e Moído, homogêneo, com selo de qualidade da ABIC. Sabor predominante de café arábica, admitindo-se mistura de café conilon em até 20% e o máximo de 20% de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos), tipo tradicional, com nível mínimo de qualidade igual a 5 (cinco). Produto de primeira qualidade. <b>Validade Mínima: 12 meses.</b> Pacote com 500g	463594	Pacote de 500 gramas	7.147	18,12	129.503,64
9	Chá de camomila (sachê) Chá; de Camomila; Flores de Camomila ; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos ; Embalagem Primaria Sachê individual ; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartao ; Com <b>Validade Mínima de 14 meses Na Data Da Entrega</b> ; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores ; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm.	353665	Caixa 10 gramas, contendo 10 sachês	9.594	4,50	43.173,00

	Determinados Pela Anvisa;					
10	Chá de erva cidreira (sachê) Chá; de Erva Cidreira; Folhas e Ramos de Erva Cidreira (melissa Officinalis) ; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos ; Embalagem Primaria Sache individual ; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartao ; Com <b>Validade Mínima de 14 meses Na Data Da Entrega;</b> e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores ; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	353666	Caixa 10 gramas, contendo 10 sachês	9.594	4,55	43.652,70
11	Chá de erva doce (sachê) Chá; de Erva Doce; Sementes de Erva Doce ; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos ; Embalagem Primaria Sache individual ; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartao ; Com <b>Validade Mínima de 14 meses Na Data Da Entrega;</b> e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores ; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	305797	Caixa 10 gramas, contendo 10 sachês	14.341	4,74	67.976,34
12	Chá de erva mate tradicional Chá; de Erva Mate Queimado Ou Tostado; Folhas e Talos de Erva Mate (ilex Paraguariensis) ; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos ; Embalagem Primaria Sache individual ; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartao ; Com <b>Validade Mínima de 20 meses Na Data Da Entrega ;</b> e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores ; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	236613	Caixa 40gr, com 25 sachês	7.694	5,30	40.778,20
13	Chá de hortelã (sachê) Chá; de Hortelã; Folhas e Ramos de Hortela (mentha Piperita) ; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos ; Embalagem Primaria Sache individual ; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartao ; Com <b>Validade Mínima de 14 meses Na Data Da Entrega ;</b> e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores ; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa	305799	Caixa 10 gramas, contendo 10 sachês	9.594	3,50	33.579,00
14	Leite em pó integral instantâneo enriquecido com ferro, zinco e vitaminas. Lata ou Pacote contendo 400 gramas.	459637	Lata ou Pacote contendo 400 gramas	4.747	16,86	80.034,42
	Torrada do tipo Toast, textura leve e crocante, de 1ª qualidade, embalagem individual com aproximadamente 25					

15	gramas. O produto devera obedecer a Legislação Específica e a Regulamentação Técnica vigente da ANVISA. Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. <b>PRODUTO COM NO MÍNIMO 06 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.</b>	460531	Pacote de 25 gramas	144.940	1,05	152.187,00
16	Torrada, levemente salgada, de 1ª qualidade, embalagem individual com aproximadamente 15 gramas. O produto devera obedecer a Legislação Específica e a Regulamentação Técnica vigente da ANVISA. Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. <b>PRODUTO COM NO MÍNIMO 06 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.</b>	467288	Pacote de 15 gramas	233.080	0,71	165.486,80
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA AQUISIÇÃO</b>						<b>R\$ 2.072.572,25</b>

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura da Ata prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

## 5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto no edital como requisito previsto em lei especial.

## 6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do envio da Ordem de Fornecimento, em remessa parcelada, conforme as necessidades do IFMT, nos seguintes endereços:

**6.1.1. (CBA-BLV)** - IFMT - Campus Cuiabá - Bela Vista - Av. Juliano Costa Marques, s/n, Bela Vista, Cuiabá - MT, CEP: 78.050-560

**6.1.2. (VGD)** - IFMT - Campus Várzea Grande – Av. Tiradentes, nº 1.300, Jardim Manaíra, Várzea Grande-MT, CEP 78.144-424;

**6.1.3. (DMT)** - IFMT – Campus Avançado de Diamantino – Rod. Senador Roberto Campos, Km02, Novo Diamantino, Diamantino-MT, CEP 78.402-000;

**6.1.4. (SRS)** - IFMT - Campus Sorriso – Av. dos Universitários, nº 799, quadra 40, Santa Clara, Sorriso-MT, CEP 78.895-150;

**6.1.5. (SNP)** - IFMT - Campus Avançado de Sinop – Rua das Avenças, nº 2377, Setor Comercial, Centro, Sinop-MT, CEP 78.550-178;

**6.1.6. (LRV)** - IFMT - Campus Avançado Lucas do Rio Verde – Avenida Universitária, nº 1600W, Parque da Emas II, Lucas do Rio Verde-MT, CEP 78.455-000;

**6.1.7. (PDL)** - IFMT - Campus Primavera do Leste – Av. Dom Aquino, nº 1500, Parque Eldorado, Primavera do Leste-MT, CEP 78.850-000;

**6.1.8. (ROO)** - IFMT - Campus Rondonópolis - Rua Ananias Martins de Souza, nº 861, Vila Mineira, Rondonópolis-MT, CEP 78.721-520;

**6.1.9. (TGA)** - IFMT - Campus Avançado Tangará da Serra – Rua José de Oliveira 28, nº 980, Vila Horizonte, Tangará da Serra-MT, CEP 78.302-116;

**6.1.10. (GTA)** - IFMT - Campus Avançado Guarantã do Norte – Linha Páscoa, KM 04, Lote 471, Zona Rural, Guarantã do Norte-MT, CEP 78.520-000;

**6.1.11. (PLC)** - IFMT - Campus Pontes e Lacerda - Fronteira Oeste - Rodovia MT 473 - entrada para Vila Matão, Jardim Morada da Serra, Pontes e Lacerda-MT, CEP: 78.250-000;

**6.1.12. (BAG)** - IFMT - Campus Barra do Garças - Estrada de Acesso a BR-158, Radial José Maurício Zampa, S/N, Bairro Setor Industrial, Barra do Garças - MT, CEP: 78607-899;

**6.1.13. (CBA-OCTAYDE)** - FMT - Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva – Rua Zulmira Canavarros, nº 95, Centro, Cuiabá-MT, CEP 78005-200;

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.6. O programa de entrega acontecerá em parcelas conforme necessidade de cada campi do IFMT integrante deste processo, mediante emissão de Ordem de fornecimento, que será enviada à Contratada por correspondência eletrônica, sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela licitante vencedora.

6.7. Após o recebimento da ordem de fornecimento via correspondência eletrônica o fornecedor tem o prazo de 72 (setenta e duas) horas para efetuar a entrega.

6.8. O fornecimento dos produtos, objeto desta contratação, deverá obedecer às necessidades de consumo da Contratante, porquanto deverão ser fornecidos pela Contratada à medida que forem sendo requeridos pelo Contratante.

6.9. O fornecimento será efetuado conforme disponibilidade de armazenamento nas dependências do IFMT, podendo ser semanalmente, quinzenalmente ou até mesmo mensalmente. O setor requisitante informará as quantidades necessárias e a previsão de tempo das compras parceladas.

6.10. A entrega dos produtos deverá estar acompanhada da Nota Fiscal com indicação do número da Nota de Empenho e pregão/processo correspondente e no recebimento dos mesmos será observado pelo IFMT se os produtos entregues estão de acordo com as especificações do produto contidos no termo de referência. A entrega fora das especificações indicadas implicará na recusa por parte do IFMT, que os colocará à disposição do fornecedor para substituição.

6.11. Os produtos entregues e recebidos pelo IFMT ficam sujeitos a reparação ou substituição, pelo fornecedor, desde que comprovada a existência de má qualidade, cuja verificação só se tenha tornado possível no decorrer de sua utilização.

6.12. O prazo de substituição de produtos, seja por má qualidade, ou divergência de especificações elencadas no termo de referência é de 72 (setenta e duas) horas.

6.13. No momento da entrega dos produtos, o responsável pelo recebimento deverá verificar a sua conformidade quanto às quantidades e qualidades descritas no objeto do termo de referência.

6.14. Não serão aceitos produtos cujo acondicionamento apresente sinais de violação. Os produtos deverão estar embalados em suas respectivas embalagens originais e não poderão apresentar ainda avaria ou adulteração.

**6.15. Produtos com menos de 90 dias para vencimento - prazos de validade, não serão aceitos em nenhuma hipótese .**

6.16. A rotulagem, que deve conter prazos de validade corretos, e seguir rigorosamente o corte da embalagem com o que está rotulado.

6.17. Todas as carnes deverão ter embalagens interna de material plástico transparente, atóxico resistente e íntegro. As carnes deverão ser acondicionadas para transporte em caixas de material atóxico, resistente, de fácil higienização e desinfecção utilizada unicamente para o transporte desses produtos.

6.18. Os produtos devem ser transportados em veículos e em condições que garantam sua qualidade.

6.19. A entrega e descarga dos produtos deverão ocorrer por pessoal capacitado, com condições de higiene pessoal e adequação de vestuário (uniforme) satisfatórios.

6.20. As operações de carga e descarga não deverão danificar os produtos.

6.21. Os produtos deverão estar adequadamente acondicionados em suas embalagens originais em condições corretas e adequadas, respeitando-se as características organolépticas próprias de cada produto.

6.22. Na identificação dos produtos deverão constar informações como: nome do produto, composição do produto, lote; CNPJ, endereço e outros dados do fabricante; quantidade (peso) e datas de validade e fabricação do produto e respectivo registro nos órgãos competentes de fiscalização;

6.23. No momento do recebimento das mercadorias serão exigidos produtos com procedência idônea e todos com rotulagem segundo padrões exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

- 6.24. A conferência de peso, quantidade, qualidade, validade, embalagens e temperatura de entrega será realizada junto ao entregador, que deverá aguardar estas conferências até sua finalização.
- 6.25. Não serão recebidos produtos com quantidade diferente da solicitada para maior ou para menor.
- 6.26. Todas as despesas de envio, transporte, carga, descarga e outras para efetiva entrega dos produtos, correrão por conta da licitante adjudicada.
- 6.27. Durante a vigência do contrato os produtos fornecidos não poderão ser substituídos por outras marcas, salvo se apresentada pela Contratada, e aceito pela Contratante, exposição de motivos devidamente fundamentada, que demonstre a necessidade de ser efetivada a substituição da marca do material.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **7.1. São obrigações da Contratante:**

- 7.1.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.4. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.6. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....
- 8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

## **9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **12. DO PAGAMENTO**

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

### 13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do

último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução por se tratar de produtos de consumo imediato.

#### **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

##### **15.2.1.1. Multa:**

i) **moratória** de 0,5% ( cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

ii) **compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.1.2 **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente**, pelo prazo de até dois anos;

15.2.1.3. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União** , com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

15.2.1.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** , enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “d” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “a”, “c”, “d” e “e” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto



desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.3.2. Comprovação de no mínimo um ano atuando na atividade de FORNECIMENTO gêneros alimentícios.

16.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

**16.4.1. Valor Global: R\$ 2.072.572,25 (Dois milhões, setenta e dois mil e quinhentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos).**

16.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

16.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

16.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

#### 17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

17.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 2.072.572,25 (Dois milhões, setenta e dois mil e quinhentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos).**

#### 18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

18.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

#### Anexos ao termo de referência:

Anexo I - [Estudo Técnico Preliminar](#)

Anexo II - Demandas por Unidade

Cuiabá, 24 de novembro de 2022

#### Elaboração do Termo de Referência:

**Luciana Sampaio Cunha da Silva**

Nutricionista

Matrícula Siape 1364707

**Paulo Cesar Ferreira de Moraes**

Coordenador Geral de Compras

Portaria IFMT Nº 1388/2021 de 28 de junho de 2021

Matrícula Siape: 2118258

**Kleberston Pierre Cardoso de Jesus**

Diretor Sistêmico de Assistência Estudantil, Inclusão e Diversidades

Matrícula Siape: 2757055

#### Aprovação do Ordenador de Despesas da UASG:

De acordo com a contratação, autorizo o prosseguimento da aquisição supracitada:

**Julio César dos Santos**

Matrícula Siape: 1748959

Ordenador de Despesas

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Decreto Presidencial de 31 de Março de 2021

#### Anexo II - Demandas por Unidade

##### 1.1. Campus/ Unidades a serem entregues:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CBA- BLV	VGD	DMT	SRS	SNP	LRV	PDL	ROO	TGA	GTA	PLC	BAG	CBA- OCTAYDE	TOTAL
1	Açúcar tipo refinado, branco, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, parasitos e de detritos animais e vegetais. Aparência, odor, cor próprios do	215	258	137	229	157	92	362	234	127	96	290	180	300	2.677

[illegible]

3	de matérias primas são e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. PRODUTO COM NO MÍNIMO 06 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	90.090	108.150	57.330	95.970	65.940	38.640	151.830	98.280	53.130	40.320	121.590	75.600	93.560	1.090.430
4	Biscoito de polvilho salgado tipo peta, de 1ª qualidade, em embalagem de aproximadamente 100 gramas, sem glúten e sem lactose. PRODUTO COM NO MÍNIMO 06 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	43	52	27	46	31	18	72	47	25	19	58	36	600	1.074
5	Biscoito integral cacau, aveia e mel, de 1ª qualidade, embalagem individual com aproximadamente 12 gramas. O produto deverá obedecer a Legislação Específica e a Regulamentação Técnica vigente da ANVISA. Deverá ser fabricado a partir de matérias primas são e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não	8.580	10.300	5.460	9.140	6.280	3.680	14.460	9.360	5.060	3.840	11.580	7.200	26.600	121.540

	podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. PRODUTO COM NO MÍNIMO 06 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.														
6	Biscoito salgado, apresentação retangular, de 1ª qualidade, tendo como referencia club social, pit stop ou similar. Cor, odor e sabor característicos do produto. Embalagem de aproximadamente 144 gramas. PRODUTO COM NO MÍNIMO 06 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	1.788	2.146	1.138	1.904	1.308	767	3.013	1.950	1.054	800	2.413	1.500	15.600	35.381
7	Biscoito tipo cream Cracker 2 unidades por pacote. Peso: aproximadamente 11 g cada pacote. Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Características desejáveis: crocante, sabor e odor característicos. PRODUTO COM NO MÍNIMO 06 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA DATA	35.100	42.136	22.336	37.391	25.691	15.055	59.155	38.291	20.700	15.709	47.373	29.455	43.200	431.592

[illegible]

[illegible]

12	Tostado; Folhas e Talos de Erva Mate (ilex Paraguariensis) ; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos ; Embalagem Primaria Sache individual ; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartao ; Com Validade Mínima de 20 meses Na Data Da Entrega ; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores ; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm. Determinados Pela Anvisa;	686	824	437	731	502	294	1.157	749	405	307	926	576	100	7.694
13	Chá de hortelã (sachê) Chá; de Hortelã; Folhas e Ramos de Hortela (mentha Piperita) ; Isento de Sujidades, Fragmentos de Insetos e Outros Materiais Estranhos ; Embalagem Primaria Sache individual ; Embalagem Secundaria Caixa de Papel Cartao ; Com Validade Mínima de 14 meses Na Data Da Entrega ; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Rdc 12/01, Rdc 259/02, Rdc 267/05, Rdc 277/05, Rdc 14/14 e Alterações Posteriores ; Produto Sujeito a Verificação No Ato Da Entrega Aos Procedimentos Adm.	858	1.030	546	914	628	368	1.446	936	506	384	1.158	720	100	9.594

[illegible]



16	primas são e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitas e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. PRODUTO COM NO MÍNIMO 06 MESES DE VALIDADE CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	17.160	20.600	10.920	18.280	12.560	7.360	28.920	18.720	10.120	7.680	23.160	14.400	43.200	233.080
----	--	--------	--------	--------	--------	--------	-------	--------	--------	--------	-------	--------	--------	--------	---------

1.2. Deverão ser considerados os custos de entrega em diferentes localidades no estado de Mato Grosso, conforme participantes com sede nos seguintes locais:

2.1.1. (CBA-BLV) - IFMT - Campus Cuiabá - Bela Vista - Av. Juliano Costa Marques, s/n, Bela Vista, Cuiabá - MT, CEP: 78.050-560

1.1.2. (VGD) - IFMT - Campus Várzea Grande - Av. Tiradentes, nº 1.300, Jardim Manaíra, Várzea Grande-MT, CEP 78.144-424;

1.1.3. (DMT) - IFMT - Campus Avançado de Diamantino - Rod. Senador Roberto Campos, Km02, Novo Diamantino, Diamantino-MT, CEP 78.402-000;

1.1.4. (SRS) - IFMT - Campus Sorriso - Av. dos Universitários, nº 799, quadra 40, Santa Clara, Sorriso-MT, CEP 78.895-150;

1.1.5. (SNP) - IFMT - Campus Avançado de Sinop - Rua das Avenças, nº 2377, Setor Comercial, Centro, Sinop-MT, CEP 78.550-178;

1.1.6. (LRV) - IFMT - Campus Avançado Lucas do Rio Verde - Avenida Universitária, nº 1600W, Parque da Emas II, Lucas do Rio Verde-MT, CEP 78.455-000;

1.1.7. (PDL) - IFMT - Campus Primavera do Leste - Av. Dom Aquino, nº 1500, Parque Eldorado, Primavera do Leste-MT, CEP 78.850-000;

1.1.8. (ROO) - IFMT - Campus Rondonópolis - Rua Ananias Martins de Souza, nº 861, Vila Mineira, Rondonópolis-MT, CEP 78.721-520;

1.1.9. (TGA) - IFMT - Campus Avançado Tangará da Serra - Rua José de Oliveira 28, nº 980, Vila Horizonte, Tangará da Serra-MT, CEP 78.302-116;

1.1.10. (GTA) - IFMT - Campus Avançado Guarantã do Norte - Linha Páscoa, KM 04, Lote 471, Zona Rural, Guarantã do Norte-MT, CEP 78.520-000;

1.1.11. (PLC) - IFMT - Campus Pontes e Lacerda - Fronteira Oeste - Rodovia MT 473 - entrada para Vila Matão, Jardim Morada da Serra, Pontes e Lacerda-MT, CEP: 78.250-000;

1.1.12. (BAG) - IFMT - Campus Barra do Garças - Estrada de Acesso a BR-158, Radial José Maurício Zampa, S/N, Bairro Setor Industrial, Barra do Garças - MT, CEP: 78607-899;

1.1.13. (CBA-OCTAYDE) - FMT - Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva - Rua Zulmira Canavarros, nº 95, Centro, Cuiabá-MT, CEP 78005-200;

Documento assinado eletronicamente por:

- Luciana Sampaio Cunha da Silva, NUTRICIONISTA-HABILITACAO, em 24/11/2022 11:03:55.
- Kleber Pierre Cardoso de Jesus, DIRETOR - CD003 - RTR-DSAE, em 24/11/2022 11:06:37.
- Julio Cesar dos Santos, REITOR - CD0001 - RTR, em 24/11/2022 12:00:55.
- Paulo Cesar Ferreira de Moraes, COORDENADOR - FG0001 - RTR-COM, em 25/11/2022 08:24:27.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 23/11/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 441410

Código de Autenticação: 87f286dd70

